

ESCREVER A FORMAÇÃO: DOCÊNCIA, MEMÓRIA E TRANSMISSÃO EM *É FOGO!*, DE MARIA HELENA DO SUL

WRITING FORMATION: TEACHING, MEMORY AND
TRANSMISSION IN *É FOGO!*, BY MARIA HELENA DO SUL

Janniny Kierniew

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Porto Alegre/Brasil).
Professora do Curso de Psicologia da Universidade Feevale (Novo Hamburgo/Brasil).
E-mail: janninyk@gmail.com

Cláudia Bechara Fröhlich

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Porto Alegre/Brasil). Professora no Departamento de Estudos Básicos da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Porto Alegre/Brasil).
E-mail: claudiafroehlich@hotmail.com

Recebido em: 25 de janeiro de 2026

Aprovado em: 28 de abril de 2026

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RPR | a. 23 | n. 2 | p. 64-76 | jul./dez. 2026

DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2.4585>

RESUMO

Este artigo analisa o livro *É fogo!* (1987), de Maria Helena Vargas da Silveira, como uma narrativa que articula memória, docência e experiência negra no sul do Brasil. No entrecruzamento entre ficção e autobiografia, a obra constrói a escrita como gesto formativo, no qual a experiência singular se abre à dimensão coletiva de uma memória marcada por racismo, sexismo e desigualdades educacionais. Sustenta-se que a escrita opera como recurso de formação docente, deslocando o ensino de uma lógica técnico-instrumental para o campo da transmissão, entendido como espaço de hiância, desejo e invenção. Dialogando com o conceito de escrevivência, de Conceição Evaristo, e com a noção de oralitura e corpo-tela, de Leda Maria Martins, o estudo compreende a obra como inscrição de um corpo-memória que grafia saberes na linguagem. À luz das reflexões de Lélia Gonzalez sobre memória e consciência, argumenta-se que a narrativa rasura discursos hegemônicos ao inscrever um nome próprio e uma ancestralidade. Assim, *É fogo!* afirma a docência como prática ética, política e afetiva, instaurando, pela escrita, um gesto de descolonização e reinvenção do sujeito.

Palavras-chave: Docência. Escrevivência. Memória. Oralitura. Ancestralidade.

ABSTRACT

This article analyzes the book *É fogo!* (1987), by Maria Helena Vargas da Silveira, as a narrative that articulates memory, teaching, and Black experience in southern Brazil. At the intersection of fiction and autobiography, the work constructs writing as a formative gesture, in which singular experience opens onto the collective dimension of a memory marked by racism, sexism, and educational inequalities. It is argued that writing operates as a resource for teacher formation, displacing teaching from a technical-instrumental logic toward the field of transmission, understood as a space of hiatus, desire, and invention. In dialogue with Conceição Evaristo's concept of *escrevivência* and Leda Maria Martins's notions of oralitura and body-screen, the study reads the work as the inscription of a body-memory that grafts knowledge into language. In light of Lélia Gonzalez's reflections on memory and consciousness, it is argued that the narrative unsettles hegemonic discourses by inscribing a proper name and an ancestral lineage. Thus, *É fogo!* affirms teaching as an ethical, political, and affective practice, instituting, through writing, a gesture of decolonization and reinvention of the subject.

Keywords: Teaching. *Escrevivência*. Memory. Oralitura. Ancestry.

INTRODUÇÃO

Dar aulas não era mais segredo, nem um dever desgastante. Gostava da profissão, da troca de experiências, gostava de falar dos alunos, e, naturalmente, com os alunos. (Silveira, 2020, p. 90)

Lecionando ao pé do Morro da Cruz na Vila São José. Maria aprendeu muito mais do que ensinou. Aprendeu a apreciar melhor a vida, afastando a materialização imediatista, chegando firme no lado humano. (Silveira, 2020, p. 103)

A obra *É fogo!* (1987), de Maria Helena Vargas da Silveira, conhecida também como Maria Helena do Sul, compõe uma escrita que se constrói no entrelaçamento entre memória, docência e experiência negra no sul do Brasil. A partir de um registro ficcional, no entrecruzamento com a escrita autobiográfica, o livro opera como uma forma de narrativa que articula vida, formação e prática educativa, tornando a escrita um lugar de elaboração e transmissão.¹ Trata-se de um texto em que o gesto de narrar não se limita à rememoração individual, mas se abre à dimensão coletiva de uma memória negra marcada pela desigualdade, pela educação e pela luta por reconhecimento de um povo e de uma cultura.

Ao narrar sua trajetória e seu percurso formativo como professora, Maria Helena do Sul desloca a docência de um lugar meramente técnico ou vocacional para pensá-la como experiência ética e afetiva. O ensino aparece como prática atravessada pela troca, pela escuta e pela autoria, em que a relação com os alunos, o pensamento social e a construção histórica se tornam constitutivos do próprio fazer docente. Nesse sentido, Maria Helena afirma que ensinar, mais do que a instrumentalização de conteúdos, tem a ver com sustentar um espaço de encontro, no qual também a professora aprende, transforma-se e revê seus próprios valores. Para ela, o professor precisa ir na direção do aluno: “[...] nada de técnicas sofisticadas, que nenhum audiovisual consegue gerar a ternura do olho a olho, do diálogo que descobre o porquê, o quê, e vai mais fundo” (Silveira, 2020, p. 79). A docência, tal como emerge no livro *É fogo!*, é indissociável de uma formação que resiste à lógica da materialização imediata e insiste na centralidade do que é vivo de uma experiência. A postura da autora é muito distinta do que vemos na atualidade, com práticas que pautam uma educação voltada ao neoliberalismo, à precarização laboral e ao aumento desmesurado do poder dos ricos. Maria Helena aborda na sua escrita uma dimensão que, mesmo em

¹ Neste artigo, optamos por utilizar o conceito de transmissão, tal como elaborado no campo da psicanálise, para pensar processos que não se reduzem à comunicação de conteúdos, mas que dizem respeito à passagem de um saber que se dá nas fissuras, na experiência, no laço, nos efeitos do inconsciente e da linguagem.

épocas de miséria e de exploração do corpo negro e da mulher docente, não deixa de fazer valer a função social da educação.

O livro é uma colcha de retalhos que vai juntando fragmentos de memória para compor um pensamento sobre docência, sociedade e vida, uma vez que a subjetividade vai se construindo na relação com o outro e no interior de uma cultura. Assim, ao atribuir importância ao nome próprio como um substantivo que singulariza uma história que a antecedeu, Maria Helena marca um estilo que evidencia a narrativa da história social e da experiência singular como a possibilidade de inscrever um nome próprio. Ela diz: “[...] a gente sempre precisa de um nome, isto nos individualiza e justifica a existência do substantivo próprio para as crianças estudarem gramática. Se nada temos, pelo menos temos um nome” (Silveira, 2020, p. 15). E o que é ter um nome senão ter uma história que nos antecede, uma ancestralidade? É por essa via, que Maria Helena do Sul inscreve e escreve uma possibilidade de abrir espaço para a criação docente. Pensar nessa direção, especialmente em tempos em que a dominação simbólica é reflexo da crise do tecido social – uma crise de linguagem, social e ecológica –, é inaugurar uma possibilidade de descolonizar.

Nesse sentido, neste artigo pretendemos retomar o livro *É fogo!*, de Maria Helena do Sul, para ler a experiência de formação docente, a partir do registro e da escrita, como um processo que viabiliza a invenção, em que a escrita da memória, atravessada por questões como raça, gênero, classe e educação, pode ganhar um lugar que desconstrói saberes hegemônicos para inaugurar outras possibilidades formativas. Nossa hipótese é de que a escrita é um recurso formativo no percurso docente, que negocia com as lembranças e com a experiência na direção de inscrever um estilo singular, um nome próprio que faz vias de rasurar o cânone educativo. Sob a ótica da psicanálise, a formação se desloca de um saber que está ao lado do exercício do poder – aquilo que Paulo Freire denominou como Educação Bancária – para o campo da transmissão. Diferentemente de um ensino em que a troca está baseada no conteúdo, a transmissão, nessa perspectiva, ocorre a partir de uma hiância, uma fenda e rasura, uma espécie de não saber, que permite que os sujeitos incluam algo de si, de seu desejo na leitura da experiência. Na companhia de Maria Helena do Sul, veremos como a autora, ao revelar o impossível do ato educativo e as feridas do racismo, propõe uma forma de transmissão que não visa dominar o outro, mas causa o desejo de invenção, convocando cada um de nós a ocupar o lugar de sujeito da nossa própria história.

GRAFAR UMA TRAJETÓRIA: ESCRITA, MEMÓRIA E FORMAÇÃO

Helena do Sul nasceu em 1940 na cidade de Pelotas, no sul do Rio Grande do Sul. De família negra, filha de uma costureira e de um motorista, era neta do cronista e poeta Armando Vargas, um dos escritores

do jornal *A Alvorada*, fundado em 1907 na cidade de Pelotas. O periódico foi editado até 1965 e veiculava notícias de interesse da população negra e operária, sendo o porta-voz da Frente Negra Pelotense. Maria Helena do Sul tem uma longa trajetória de dedicação ao campo da educação e uma ainda mais longa experiência docente. Entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960 formou-se no Curso Normal – de formação para a docência, atualmente o que conhecemos como Ensino Médio com Habilitação para o Magistério – e depois deu início à formação em nível superior junto ao curso de Pedagogia na Universidade Católica de Pelotas. Essa formação se articula a uma experiência docente marcada pela atuação em contextos periféricos e pela convivência direta com as desigualdades sociais e raciais que atravessam a escola pública. O livro *É fogo!* é seu primeiro trabalho e foi publicado, com recursos próprios, em 1987, depois relançado em 2021. Portanto, um livro que ressurge tempos depois, como um texto que atravessa o tempo e alcança, num só-depois, a possibilidade de ser revisto, quando, de alguma forma, a sociedade branca e de estrutura racista abre espaço para mulheres negras.

A escrita de Maria Helena do Sul pode ser lida na chave da *escrevivência*, tal como formulada por Conceição Evaristo, na medida em que parte de uma experiência singular, de mulher negra, para dar corpo a uma memória coletiva e social. Evaristo (2020) pensa o ato de escrita de mulheres negras como “uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças” (Evaristo, 2020, p. 30). Para ela, a *escrevivência* expressa a experiência de ser uma pessoa brasileira de origem africana, “uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana” (Evaristo, 2020, p. 31). Trata-se de uma condição particular que é composta pelo discurso literário, que abarca “um sentido de universalidade humana” (Evaristo, 2020, p. 31). São experiências específicas que convocam as diferentes pessoas a encontrar seu lugar na vida e na sociedade pela via do texto, de maneira que a “escritora ou o escritor ao inventar a sua escrita, pode deixar um pouco ou muito de si, consciente ou inconscientemente” (Evaristo, 2020, p. 33), reconfigurando os rumos de uma trajetória e de uma cultura.

Ao narrar sua infância, sua formação e sua prática docente, Maria Helena constrói uma escrita que faz da educação um campo de disputa simbólica e política. No início do livro, há um pequeno trecho em que lemos sobre o começo da sua trajetória escolar. Ela situa o ano, 1948, quando tinha apenas sete anos e havia chegado o momento de ir para a escola:

Maria tem sete anos. Hora de ir para a escola. Que felicidade! Já disse que a escola é a esperança do pobre. Maria vai aprender alguma coisa fora do lar e ninguém poderá

tirar-lhe o que aprender. Isto não se rouba, mesmo que seja do pobre e que este pobre seja um negro, descendente dos africanos, escravos do Brasil. O estudo liberta. (Silveira, 2020, p. 31)

Os episódios da infância escolar narrados em *É fogo!* inscrevem a escola como horizonte simbólico de libertação, especialmente para a população negra e pobre. Ao afirmar que “a escola é a esperança do pobre” e que aquilo que se aprende “ninguém poderá tirar”, Maria Helena do Sul condensa uma concepção de educação como um bem inapropriável, que não se deixa capturar pelas lógicas materiais da exclusão. O estudo escolar, que é direito de todos, aparece, assim, como aquilo que permanece, como marca subjetiva e política, sintetizada na afirmação direta da autora: “O estudo liberta”.

Essa cena inaugural da infância não se separa da dimensão histórica e social que atravessa a formação da narradora. A entrada na escola se dá sob o signo da precariedade material e da racialização, mas também sob a força de um gesto materno que conduz a filha “rumo à liberdade, ao progresso” (Silveira, 2020, p. 31). A escola, desde o início, é apresentada como espaço ambíguo: promessa de emancipação e, ao mesmo tempo, atravessada por desigualdades estruturais que não se apagam.

Um pouco mais adiante, acompanhamos o raiar da sua adolescência e o atravessamento histórico, político e social que chega sem aviso prévio, fazendo presença inevitável na sua vida. Ela narra: “Em 1954 aconteceu um fato estranho: a professora de latim declinou uma expressão de tristeza no rosto, chorava sem se importar se era ridículo ou não, chorar na frente dos alunos.” (Silveira, 2020, p. 45). O choro da professora de latim, diante dos alunos, marca uma ruptura na rotina pedagógica e expõe as dimensões afetiva e política da educação. A suspensão das aulas pela morte de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, aparece inicialmente como enigma para Maria, que se percebe mais afetada pelo estado emocional da professora do que pelo fato político em si. Como a própria narradora observa, “a professora era essencial para Maria, o Getúlio não”. É apenas com o passar do tempo que essa cena se reconfigura como experiência formativa. Maria compreende, então, que o presidente da República é “tão essencial para o Ginásio como a professora de latim”, pois é ele quem incide sobre os rumos da educação, suas verbas e sua valorização. A escola, que até então não colocava “os acontecimentos brasileiros para dentro da sala de aula”, vê-se tomada pelo medo e pela comoção, “chorando a morte de Getúlio Vargas”, antecipando a possibilidade de ruptura e de revolução (Silveira, 2020, p. 45).

É por meio de pequenos detalhes e sutilezas narrativas que o leitor é conduzido, pouco a pouco, pela jornada de uma história que trama o singular e o coletivo e, por meio da força da memória, convoca o político. Assim, constrói-se um espaço que desafia as lógicas hegemônicas ao fazer falar as memórias historicamente silenciadas. Ao inverter a perspectiva da história tradicional, que costuma apagar as vozes

que não ocupam o centro, o texto evidencia as vozes periféricas, negras e pobres. Em *É fogo!*, encontramos Maria, Marias, Marielles: mulheres que afirmam sua ancestralidade e fazem valer o testemunho de uma história que contribui para construção de uma memória do futuro.

A narrativa sensível e contumaz da autora percorre os becos da memória para se aproximar da experiência de uma mulher negra e pobre de um ponto de vista singular sobre a formação docente no sul do Brasil. Trata-se de um traço de experiência que toma forma com a escrita e, ao mesmo tempo, excede-a, interrogando um modo de vida e as formas de transmissão que o sustentam. Parece haver nesse gesto uma ressonância com a questão formulada por Conceição Evaristo ao refletir sobre o “ato audacioso de mulheres que rompem domínios impostos, notadamente mulheres negras que enveredam pelo caminho da escrita” (Evaristo, 2020, p. 35). Conceição questiona: “O que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e, quando muito, semialfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita?” (Evaristo, 2020, p. 35). Evaristo esboça uma resposta, algo na direção de uma insurgência pela via da escrita que faz marca no mundo, pois o “ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo” (Evaristo, 2020, p. 35). É nesse sentido que pensamos o ato de escrita de Maria Helena do Sul como um gesto de formação que não se limita à aquisição de saberes, mas que inscreve, na própria materialidade da linguagem, uma experiência de deslocamento, invenção e tomada de palavra. É um gesto no qual, em alguma medida, uma voz subalternizada pode, enfim, ser ouvida, rasurando o que insiste em ser silenciado, para constituir um espaço de força e presença, de insurgência, de fogo que se alastra e faz marca de uma existência indestrutível diante do esquecimento.

É nesse ponto que o gesto de escrita encontra sua condensação e seus deslocamentos no próprio título do livro. *É fogo!* opera quase como uma síntese da experiência de inscrição e enfrentamento, ancorada na linguagem cotidiana e no território, concentrando em uma única expressão o movimento de afirmação, intensidade e permanência que atravessa a narrativa. *É fogo!*, título do livro, é uma expressão bem própria do sul do Rio Grande do Sul e que pode levar a diferentes camadas interpretativas. Sobre essa expressão, Maria Helena escreve:

É FOGO! Encontro da pessoa em escalas de movimento e reflexão sobre o que se é como um todo de ilusões, crenças e frustrações; afirmação no tempo, daquilo que na vida se pode, com amor e coragem; investida no ser.

É FOGO! Tradução dos fatos simples, direcionados para o complexo que é a análise profunda da simplicidade, geradora de grandes impulsos, elevados saltos que jogam o ser para fora de si mesmo. (Silveira, 2020, p. 10)

Encontro da pessoa em escalas de movimento e reflexão. Tradução de fatos simples, direcionados para o complexo que é a análise profunda da simplicidade. “É fogo!”, dizemos também para algo que acende, que é chama e chama, convoca e convida. Também, como substantivo de pessoas inquietas ou, em outro espectro, pessoas que encontram seu próprio caminho para incendiar. Lembramos aqui o filósofo Giorgio Agamben (2018), em *O fogo e o relato: ensaios sobre criação, escrita e arte*, quando afirma que o fogo e o relato constituem dois elementos fundamentais da linguagem cultural. Ambos se enraízam na oralidade, pois remetem à partilha e ao que é comum, dimensões consagradas pela palavra. O fogo, associado ao mistério, e o relato, vinculado à história, são, assim, indispensáveis à literatura e indissociáveis da experiência. Segundo o autor, estamos progressivamente perdendo a capacidade de saber sobre o fogo, ou melhor, ou “saber do fogo”, isto é, o saber que preserva e cultiva o mistério. Ao narrar uma anedota hassídica sobre a perda gradual do fogo ao longo do tempo, Agamben retoma a ideia de que, pouco a pouco, a história transformou o modo como nos reunimos: o lugar da tradição foi sendo substituído pelo relato, que passa a narrar justamente a história dessa perda.

No fim do livro de Maria Helena do Sul, há um importante adendo, um texto que a autora intitula “O encontro no ‘foco do fogo’: reflexões de educadores”. Ele funciona como uma espécie de posfácio, em que a autora traz algumas notas e pensamentos sobre o percurso tecido no livro, deixando ainda mais evidente seu posicionamento enquanto educadora. Para ela, o livro *É fogo!* é “chama benéfica que vai invadindo nosso mundo interior nos dizendo que vale a pena viver, que ainda é hora de erguer a bandeira do amor e extravasar a ebulição inesgotável que cada um possui na direção do ser e amar, participar e perdoar”. É um livro que traz o relato de quem descobriu nos alunos “a esperança; nos professores, a crença para a melhoria do ensino; nos amigos, a troca; nos abusados e preconceituosos, motivo para reflexão”. Apesar de ser “mulher negra e miserável”, Maria cresceu, batalhou, acreditou e encontrou um “estilo próprio de dizer tudo de tudo em forma de leque aberto cujas nuances refletem o potencial da família sustentado pelo amor”. Ela finaliza esse pequeno texto lançando a pergunta: “Caro leitor, até que ponto a sociedade, a educação, dá chances para as Rosas e Marias tornarem concretas as suas crenças?” (Silveira, 2020, p. 131).

INSCREVER UM NOME: FAGULHAS DA ANCESTRALIDADE

As culturas africanas transladadas para as Américas encontraram na oralidade, ainda que não exclusivamente, seu modo de produzir conhecimento. "Grafar o saber não era, então, sinônimo de domínio de um idioma escrito alfabeticamente." (Martins, 2021, p. 36). Grafava-se o conhecimento por meio de uma experiência corporificada, a partir de um saber encorpado, que encontrava num determinado corpo seu lugar e seu ambiente de inscrição. Dançava-se e cantava-se a palavra, ressoava-se uma coreografia da voz, uma "caligrafia rítmica, *corpora* de conhecimento" (Martins, 2021, p. 36).

O conceito de oralitura e a ideia de grafar o saber no corpo funcionam como uma verdadeira "pedrada" no teto de vidro da educação tradicional, ocidental e eurocêntrica. Nessa perspectiva educacional, aquilo que não está escrito não existe ou não possui valor científico. A oralitura, ao contrário, constitui um território de fronteira onde a palavra se faz corpo e o corpo se faz palavra. Conforme propõe Leda Maria Martins (2021), não se trata apenas de falar em vez de escrever, e sim de um conceito fundamental que articula oralidade e literatura, tendo como elemento crucial a performance, uma linguagem que se realiza no ato. Se o fogo e a chama são elementos que dependem do movimento (o vento) para existir, na oralitura o saber é como uma chama: se não for soprado, isto é, transmitido pelo gesto e pela voz, apaga-se.

Ao abordarmos as escritas femininas negras, no plural, constatamos que não é possível definir, teorizar ou categorizar uma única prática. Essa impossibilidade de sistematização não significa que não haja elementos comuns que as caracterizem. Pelo contrário, *isso existe*: são escritas atravessadas pelas vivências do racismo e do sexismo, que são produtos da máquina exploratória colonial e que, como afirma Lélia Gonzalez (2020), conformaram e ainda conformam o nosso inconsciente como colonial.

Lélia Gonzalez teve papel fundamental ao contribuir para olharmos a escrita do lugar da mulher negra no processo de formação cultural do Brasil, "assim como pros diferentes modos de rejeição/integração de seu papel" (Gonzalez, 2020, p. 78). Especialmente no ensaio "Racismo e sexismo na cultura brasileira", escrito em 1984 (Gonzalez, 2020), Lélia busca a psicanálise para, com ela, pensar de que modo a cultura brasileira engendrou o lugar da mulher negra na história de colonização do país. Nessa análise, conclui, memória e consciência sempre tiveram papéis quase que opostos. A consciência, como o lugar do encobrimento, da alienação, onde o discurso ideológico atua; a memória, atuando como o não saber que conhece, como o lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, de uma verdade que sempre se estrutura como ficção. "Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura; por isso, ela fala através das mancas do discurso da consciência" (Gonzalez, 2020, p. 79).

Neusa Santos Souza, em uma entrevista de 2008, diz observar um deslocamento da escrita de mulheres negras: não se trata mais de conceder a voz à mulher negra, ela é quem tem tomado a palavra para se dizer e se construir. No caso de *É fogo!*, a história é narrada pela personagem Maria, que se confunde e se funde com a Maria autora. É uma e é outra, sempre na balança entre ficção e verdade, no jogo moebiano do dentro e do fora, não escolhendo entre uma coisa *ou* outra, mas sendo uma coisa *e* também outra. Um jogo de narrativa que nos conduz ao lugar mesmo em que o paradoxo convive, não importando mais se é autobiografia, diário, romance ou novela. *É fogo!* é uma narrativa desprendida, associativa, que conta uma vida de tal maneira, que faz com que cada um de nós reencontre a história de nossa própria existência nas suas linhas.

A literatura de mulheres negras, portanto, não se define apenas pelo tema da escravidão, mas pelo corpo-tela que emerge entre as linhas, pela singularidade do gesto da mão de quem escreve. A gramática e a estrutura – forma do texto que recebe o conteúdo – também são frestas que operam resistência. Miriam Alves fala em histórias que podem ser escritas com muitas vírgulas. A vírgula, para a autora, aparece como atrito, fricção, resistência.

Não preciso estar falando de chibata, escravidão para escrever literatura negra [...] A literatura é meu instrumento. Se eu conseguir me comunicar enchendo o papel de vírgula, e o leitor entender que eu estou falando do lugar onde o Brasil se instala, da miserabilidade em que a população negra se encontra, se eu conseguir falar com vírgulas, eu vou encher o papel com vírgulas. (Alves apud Martins, 2021, p. 215)

Nas diferentes escritivências de autoras negras brasileiras, ainda que as temáticas da “dodoridade” e da interseccionalidade sejam a força motriz para suas escritas, é somente no uma-a-uma dessas histórias narradas que é possível traçar os elementos que compõem uma subjetividade. Neusa Santos Souza, na entrevista anteriormente mencionada, conta que, no tempo de escrita do livro *Tornar-se negro*, o processo era quase como uma “trajetória solitária” de reescrita da dor psíquica; posteriormente, o tomar a palavra ganhou a força de transformar a dor (individual) em projeto político. Trata-se de uma dor coletiva e individual.

A maneira como o individual e o coletivo se entrelaçam nas narrativas de mulheres negras ganha destaque no livro *Performances do tempo espiralar*, de Leda Maria Martins (2021). Nele, as narrativas ganham vida por meio do que Leda chama de um *corpo-tela*, corpo que é composto por condensações significantes de diferentes materialidades: volume, relevo e perspectivas, fundo e superfície, intensidades e densidades. Como diz a autora, “o corpo-tela é um corpo-imagem constituído por uma complexa trança de articulações que se enlaçam e entrelaçam, onduladas com seus entornos, imantadas por gestos e

sons, vestindo e compondo códigos e sistemas” (Martins, 2021, p. 79). Nessa tessitura, Leda engloba movimentos, pele, vibrações inaudíveis, um tempo espiralar. Como uma imagem que é, ao mesmo tempo, material e mental, não restrita às poéticas da visibilidade, mas inscrita também como sonoridade – a lembrança-evidência daquilo que se escuta. Trata-se de uma imagem mental que, aliada à imagem do que se vê, produz aderências e constrói pensamentos. O corpo-tela, como síntese performática de linguagens, é um léxico, um *locus* poroso, onde grafa-se saber e memória; “um corpo hieróglifo” (Martins, 2021, p. 79).

[...] é um lugar e ambiente de inscrição de grafias do conhecimento, dispositivo e condutor, portal e teia de memória e de idiomas performáticos, emoldurados por uma engenhosa sintaxe de composições. Clivado de discontinuidades, reversibilidades, giras temporalizantes, ondas de expressões sonoras e rítmicas, o acontecimento corporificado inclui as experiências individuais e coletivas, a memória pessoal e a memória histórico-social. (Martins, 2021, p. 79-80)

Quando se tem as ressonâncias da corporeidade da mulher negra na escrita, trata-se de “subsídio teórico, conceitual e performático”. Como episteme, essa escrita se dá a ler como uma expansão dos enlaces do corpo-tela, como uma espécie de “vitrais que irradiam e refletem experiências, vivências, desejos, nossas percepções e operações de memória. Um corpo pensamento. Um corpo também de afetos” (Martins, 2021, p. 80). Conforme Leda, o corpo-tela se compõe da ancestralidade, uma vez que ela é um conceito fundador de muitas culturas, presente nas práticas culturais, compreendendo uma íntima relação entre o sujeito e o cosmos. A vivência dessa ancestralidade e a presença do ancestral na vida cotidiana das pessoas também inscrevem uma outra experiência da temporalidade. Nessa perspectiva, na escrita vivencia-se um tempo que se curva para frente e para trás, simultaneamente, em processo de prospecção e retrospecto, no qual presente, passado e futuro são experiências ontológicas e cosmológicas cujo princípio básico é o movimento; um tempo espiralar (Martins, 2021).

Em *O vento, a chama*, Laerte de Paula (2019) pergunta-se sobre o que move a escrita e o desejo de escrever e transmitir. Diz ele que “um nome” é capaz de fabricar um silêncio, até então inédito. Um nome é feito de timbres, de volumes, de saliva, de corte, de aliterações e assonâncias; feito de sal, de sulcos, de sopro; de suor... de falta de ar, de tripas, de orifícios erógenos; “um nome é feito de angústia, de sangue e de silêncio. Feito do encontro inadequado entre o material e o imaterial” (Paula, 2019, p. 51). Um nome pode movimentar uma vida, tecer uma história, e essa história pode vir a iluminar outras vidas, escritas com muitas vírgulas: “Um nome tenta escrever aquela fresta, minúscula ou imensa – depende do corpo que a confronta –, aquele átimo tão curto quanto infinito, onde, a partir de uma descolagem, algo que

não existia passa a existir” (Paula, 2019, p. 51). Trata-se de jamais cessar de nascer, como aquela pessoa que carrega uma sentença de nascimento, e a matéria da palavra poética movimenta e mexe com esse nascimento.

Sendo assim, o que é ter um nome senão ter uma história que nos antecede, uma ancestralidade? A anterioridade de um nome somente se atinge caminhando, avançando em uma sinuosa tessitura: “[...] chegar nessa anterioridade implica habitar o tempo presente, burilar o presente para reabrir uma potência” (Paula, 2019, p. 52) e jogar com o tempo, tempo que, como vimos com Leda Maria Martins, essa outra Maria, é um tempo espiralar. “A anterioridade é um estado de surpresa: é um encontro com o antes do saber, que se encontra adiante de nós. O antes é descoberto em ato, no depois, a cada encontro com o estranho, e se veste de perdido, de passado.” (Paula, 2019, p. 52-53). Um nome, escrito como registro de nascimento, é uma sentença de nascimento e é o que nos acompanha na lápide, estará escrito em nosso túmulo. É ele – cravado em corpo-tela – que cifra um enigma, que escreve o roteiro de uma vida, algo que pulsa e não cessa de não nascer.

Maria Helena do Sul agarra-se a seu nome como promessa de vida, de trabalho com esse significante. E, com ele, ela se faz existir numa teia de memória e grafa, em negrito, ainda outro significante: docência. Morte e vida marcam o início de sua escrita. Rainha da Ginga, em sua gira pela escrita realiza, em *É fogo!*, o encontro entre memórias, acontecimentos e a tomada de consciência. Enquanto, no sul do Brasil, os discursos que negam a existência do racismo atualizam o mito da democracia racial, sua narrativa grafa rastros de memória que denunciam o sexismo e o racismo, a contrapelo da história dita oficial. Seu gesto de escrita engendra uma literatura que põe em movimento e reflexão um corpo-tela que se constitui como elo de uma cadeia, impregnado de elementos de ancestralidade. Com o pé na máquina de coser da mãe, com a máquina de escrever do avô, com o vento Minuano... “Nesta estética de retalhos, uma técnica de fuxico, modo de tecer e costurar, simbólica e literalmente, o corpo apresenta-se grafitado de saberes” (Martins, 2021, p. 175). Nas encruzilhadas da literatura negra gaúcha, o saber tecido por Maria Helena, inscrito no corpo, é fogo; já o livro *É fogo!* constitui seu relato – uma trama que coloca em cena esse corpo-tela. É nas fagulhas sopradas pelo vento Minuano que a autora encontra a força vital para trilhar seu tornar-se docente.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O fogo e o relato**: ensaios sobre criação, escrita, arte e livros. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALVES, M. Entrevista. Pedacos de Mulher, 1985. In: MARTINS, L. M. M. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

SOUZA, Neusa Santos. Entrevista ao Programa Espelho. Vídeo. 22min43s. Publicado pelo canal William Penna, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eugWGvhG48o> . Acesso em: 29 abr. 2026.

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (Org.). **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 27-47.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

PAULA, L. de. **O vento, a chama**. São Paulo: Aller Editora, 2019.

SILVEIRA, M. H. V. da. **É fogo!** São Paulo: Hucitec Editora, 2020.